

O CAOS PATÉTICO

OS GOLPISTAS ENGALFINHAM-SE EM BRIGAS RIDÍCULAS PELO PODER, E ARRASTAM O BRASIL PARA UMA CRISE MONSTRUOSA E IRRESPONSÁVEL NUNCA DANTES NAVEGADA

por ANDRÉ BARROCAL

OTio Sam estava decidido a invadir o Iraque e depor Saddam Hussein, quando o chefe da Liga Árabe, Amr Moussa, fez um alerta em setembro de 2002. A guerra iria “abrir os portões do inferno”. Os ianques não deram bola. Atacaram em março do ano seguinte, no embalo de uma acusação sem provas, a existência de armas de destruição em massa no Iraque. Dezoito meses de combate deram a Moussa a certeza de sua profecia. “Os portões do inferno estão abertos”, diria no Egito. O quadro dantesco ficaria visível anos depois. O Iraque ruíu como Estado, a vizinha Síria foi tragada por uma guerra civil, obra de efeitos colaterais, o Estado Islâmico surgiu e espalhou terrorismo e decapitações. O Brasil de 2016 vive situação parecida. Não faltaram avisos de que cassar Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade caracterizado e por obra de um conluio do interesse

da casa-grande, destaparia uma caixa de Pandora. Os demônios estão à solta.

Nostálgicos da ditadura invadem o Congresso para pedir a volta dos militares. E ainda saem calmamente pela mesma porta, enquanto estudantes que tomariam a Esplanada dos Ministérios dias depois em protesto contra o congelamento por 20 anos das verbas sociais encontram bombas de gás, spray de pimenta, cavalaria e cassetetes como recepção nas cercanias do Parlamento. No Rio, a Polícia Militar entra em uma igreja para usar de trincheira de lançamento de bombas na direção de pessoas que se manifestavam nas imediações da Assembleia Legislativa contra a votação do pacote de austeridade do governo, um cenário de praça de guerra, com fogo e barricadas.

A força-tarefa da Operação Lava Jato revolta-se com a votação de uma lei na Câmara e reage com ultimato ao presidente da República e velados incentivos para o povo ir às ruas contra parlamentar corrupto. Uma liminar do Supremo

Tribunal Federal afasta do cargo o presidente do Senado, que dá “dribles sucessivos” em um oficial de Justiça, desacata a mais alta Corte e fica no posto até que o afastamento fosse julgado e anulado. No mesmo STF, um dos juízes sugere que um colega, o da liminar ignorada, é “doido” e merecia *impeachment*, enquanto o “doido” cobra da Câmara a instalação de uma comissão especial para examinar a cassação do chefe da nação.

Na economia, o nível de atividade piorou após a queda de Dilma, o ministro da Fazenda é “fritado” por governistas em pânico, investidores estrangeiros cancelam viagens de prospecção de negócios ao Brasil, espantados com a balbúrdia local. A portas fechadas em reuniões com representantes da Fazenda, certos analistas do “mercado” defendem que o PIB potencial hoje é negativo e que seria desejável nova recessão em 2017, para destruir vestígios de herança da era petista.

“A ferida institucional e política aberta pela retirada ilegítima da presidenta



eleita dragou o regime pela perda do *fair-play* nas disputas políticas”, diz o advogado constitucionalista Pedro Serrano, da PUC de São Paulo. “O procedimento regrado de disputa foi substituído pela disputa bruta e autoritária.”



do partido Rede, pois o senador agora é réu por corrupção, e réu não poderia ficar na linha sucessória da Presidência. O peemedebista recusou-se a sair e arrastou Temer para sua causa com a ameaça de caos econômico sem a garantia que ele, Calheiros, significaria de conclusão da

Entre defensores do *impeachment*, já há preocupados. Um dos vice-líderes do governo Michel Temer na Câmara, Carlos Marun, do PMDB de Mato Grosso do Sul, tem dito a colegas ter sido um “erro” a aliança feita com grupos radicais em torno da queda de Dilma, incluídos aí membros do Ministério Público. Inclusive chamou de “golpe” a reação da força-tarefa da Lava Jato contra a votação da lei que, na prática, anistia o crime de caixa 2 e cria o crime de responsabilidade contra promotores e juízes.

Para o deputado Marcus Pestana, ex-presidente do PSDB de Minas e aliado próximo do presidente da legenda, Aécio Neves, a situação geral do País causa “pessimismo”. “A intolerância está

muito grande na sociedade”, comenta Pestana. “O choque de confiança na economia com o início do governo Temer vai se esvaindo, a economia já é contaminada pela crise política”, prossegue. E completa: “Nunca vi uma situação tão desconjuntada. A instabilidade institucional é muito grande, maior do que na transição da ditadura para a democracia, maior do que na eleição indireta do Tancredo Neves, no *impeachment* do Collor e no *impeachment* da Dilma.”

A instabilidade institucional teve sua apoteose com o episódio do afasta-não-afasta Renan Calheiros do comando do Senado. Resumo da ópera-bufo: o ministro do STF Marco Aurélio Mello mandou tirar Calheiros do cargo, a pedido

votação do congelamento das verbas sociais na terça-feira 13 (há quem diga que o caos virá *por causa* da votação). O Palácio do Planalto cedeu e procurou togados do Supremo, intervenção determinante para neutralizar o clima social desfavorável a Calheiros, alvo personalizado de manifestações pró Lava Jato a levar alguns milhares às ruas no domingo 4. Dois dias depois da liminar, a Corte derrubou-a. Desmoralização total da Justiça.

O presidente do Senado desafiou o Supremo com um “verdadeiro deboche institucional”, uma postura “intolerável, inconcebível e grotesca”, na definição do autor da liminar inútil. Uma trama a despertar entre ministros da Corte a desconfiança de que um deles agiu

DENTRO DAS FRONTEIRAS DO TUCANATO, POR INCRÍVEL QUE PAREÇA, HÁ QUEM PERCEBA O DESASTRE. O EX-PRESIDENTE DO PSDB DE MINAS DIZ: "NUNCA VI UMA SITUAÇÃO TÃO DESCONJUNTADA"



REPORTAGEM DE CAPA

em parceria com o enrolado peemedebista. Certas pistas apontam para Gilmar Mendes como o quinta-coluna.

Calheiros fez de bobo o oficial de Justiça encarregado de notificá-lo da liminar expedida na segunda-feira 5. Wesser Teles de Oliveira foi por volta das 21h30 à residência oficial do presidente do Senado. Passou pelo portão, por um jardim, e chegou à casa propriamente dita. Ali na porta foi informado por uma cidadã anônima de que o mesmo não estava, apesar de Oliveira tê-lo visto pela fresta, imagem registrada por um fotógrafo. Ouviu que fosse ao gabinete do senador na manhã seguinte. Chegou às 11 da manhã e esperou por quatro horas, até ser atendido pelo advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, portador de um papel com uma decisão da mesa diretora, grupo a reunir o presidente, dois vices e quatro secretários. Com meias palavras, o documento dizia que o peemedebista ignoraria a liminar e ficaria no cargo até o plenário do STF se pronunciar.

No dia da liminar, Gilmar Mendes, que estava na Europa, afirmou ao *Globo*: “No Nordeste se diz que não se corre atrás de doído porque não se sabe para onde ele vai”. Ficou a impressão de uma sugestão velada para a desobediência civil de Calheiros. De quebra, sugeriu que a decisão do colega era caso de *impeachment*. Pedido de cassação de um deputado por outro, de um senador por outro já se viu. Mas entre excelências togadas do STF... Aliás, Mendes tinha sido alvo em setembro de dois pedidos de *impeachment* apresentados no Senado, ambos arquivados por Calheiros, outro indício de motivos para devolver a camaradagem.

Durante o julgamento da liminar pelo STF na quarta-feira 7, mais indícios. Sem citar nomes, Teori Zavascki, relator dos casos da Lava Jato, criticou o incentivo ao descumprimento de decisão

judicial ao mesmo tempo que manifestava “profundo desconforto” com o fato de um juiz fazer comentários sobre outro, uma violação da Lei Orgânica da Magistratura, anotou ele. Expôs assim um aborrecimento antigo de alguns ministros com Mendes, conhecido pela verve de comentarista. Seria nesse clima que o STF receberia na sexta-feira 9 um mandado de segurança contra Calheiros por



O desafio de Renan Calheiros e sua permanência na presidência do Senado exibem o Estado de exceção em vigor no País

parte dos autores de um dos pedidos de *impeachment* contra Mendes engavetados pelo senador três meses antes.

A liminar de Marco Aurélio acabou derrotada por 6 votos a 3. A maioria dos ministros entendeu que de fato réu não pode ficar na linha sucessória da Presidência, mas Calheiros não precisaria ser afastado, bastaria proibi-lo de assumir a vaga de Temer na hipótese de este e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, viajarem ao exterior. A explicação

real do placar não foi jurídica, no entanto. Pesou a ameaça de caos econômico, conforme deu a entender um dos ministros, Luiz Fux. Até a presidenta da Corte, Cármen Lúcia, votou pela salvação de Calheiros, com quem coleciona atritos e não quis se reunir recentemente. Foi um julgamento de faz de conta, a concretizar um roteiro horas antes descrito por notícias de internet.

Derrotado, Marco Aurélio encaminhou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ofício por ele recebido do oficial de Justiça sobre a impossibilidade de notificar Calheiros. Para o ministro, é possível identificar crime na conduta do senador. Para Janot, o peemedebista deu “dribles sucessivos” no oficial e desafiou as “noções de um Estado Democrático de Direito”. Ele próprio pedira o afastamento de Calheiros do cargo na segunda-feira 5, mas a ação da Rede chegara antes ao STF e seria decidida na frente.

O governo comemorou a salvação do aliado. Idem o senador, autor de uma nota a festejar “a patriótica decisão”, palavras que trazem à mente a célebre frase dita por um escritor britânico do século XVIII: “A pátria é o último refúgio dos canalhas”. Até no PT houve suspiros de alívio. Se o peemedebista fosse degolado, o comando do Senado iria para o petista Jorge Viana, do Acre, vice-presidente. E aí surgiria um dilema. Engavetar a proposta de congelamento por 20 anos dos gastos públicos, demonizada pelo PT, e correr o risco de ser satanizado pela elite econômica por supostamente prejudicar o País? Ou aceitar manter a votação e arriscar-se a ser chamado de covarde por eleitores progressistas?

Ao desafiar o STF, Calheiros mais uma vez permitiu a evocação da “guerra dos marajás” em curso em Brasília e contra a



O Supremo confirma que a Justiça age politicamente em lugar de cumprir seu dever constitucional

República de Curitiba. Ele disse que Marco Aurélio, velho conhecido a chegar ao Supremo graças ao ex-presidente Fernando Collor, o mesmo do qual Calheiros foi líder na Câmara, “treme na alma” quando se fala em acabar com os supersalários do serviço público, uma causa que o peemedebista abraçou há pouco.

Enquanto o STF julgava a situação de Renan Calheiros na quarta-feira 7, uma comissão do Senado aprovava uma lei que tenta fazer valer de verdade o teto salarial do setor público, hoje de 33,7 mil reais. Navéspera, a relatora, Kátia Abreu, do PMDB do Tocantins, comentava durante um debate com gente contrária ao teto, entre eles representantes de promotores e juízes: “Injustiça é alguém ganhar pouco mais de 800 reais. A distância entre o teto e o salário brasileiro é inadmissível!”

Em 2015, os juízes ganharam em média 46 mil reais por mês, 41 vezes a renda *per capita* (1,1 mil). Extrapolaram os limites legais graças a penduricalhos que a lei votada no Senado tenta coibir. Procuradores

não ficam atrás no bem-bom salarial e frequentemente furam o teto. Pegue-se o chefe da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, exemplo sugerido por um deputado governista. De seus 11 contracheques de janeiro a novembro, dez ultrapassaram o teto. Em abril, seu holerite foi de 86,8 mil reais. Em outros nove meses, esteve sempre entre 35 mil e 36 mil reais.

Essa delícia salarial contribuiu para que aqueles procuradores que insuflaram “as ruas” contra o Congresso façam parte de um “segmento fortemente elitizado da sociedade”, conforme pesquisa recém-divulgada pela Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro. Um elitismo que vem de berço, ressalta a pesquisa.

Em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Justiça, a universidade entrevistou 899 promotores e procuradores, do total de 12 mil existentes no País, e descobriu

o perfil médio da turma: homem, branco, 43 anos, com foco no combate à corrupção. Coordenadora da pesquisa, a socióloga Julita Lemgruber, ex-dirigente do sistema penitenciário do Rio, acredita que o Ministério Público abandonou uma função tradicional de controle de abusos e excessos policiais e agora tornou-se cúmplice da polícia. Diz ainda que a corporação adquiriu uma independência tal, que ficou muito difícil controlar “as decisões dos membros do MP, mesmo quando equivocadas, seletivas, morosas ou ineficazes”.

Enquanto a balbúrdia institucional reinava em Brasília, doses de humor (ou seria de escárnio?) em São Paulo. Na terça-feira 6, em festa oferecida pela revista *IstoÉ*, dois figurões foram flagrados às gargalhadas. De um lado, o juiz Sergio Moro, amante da ideia de fazer marketing junto à mídia como forma de alcançar seus objetivos na Lava Jato (para ele, a imagem pública dos magistrados foi uma das razões do sucesso da Operação Mãos Limpas na Itália dos anos 1990, segundo análise escrita por ele em 2004). Do outro, Aécio Neves, citado em várias delações da Lava Jato, alvo de dois inquéritos daí resultantes no STF. A foto engrossou uma ação movida contra Moro pelo ex-presidente Lula, processo a apontar falta de imparcialidade do juiz para julgar o petista.

A estrela da noite das gargalhadas era Michel Temer. O governante que na Olimpíada recebeu uma vaia histórica no Maracanã perante o mundo. Que foi boicotado

O STF JULGA A SITUAÇÃO DE CALHEIROS ENQUANTO UMA COMISSÃO DO SENADO APROVA A LEI DESTINADA A CONFIRMAR O TETO SALARIAL DO SETOR PÚBLICO DE 33,7 MIL REAIS. PROMOTORES E JUÍZES PROTESTAM





Isto É celebra Temer como Homem do Ano, obviamente por causa do desastre em que nos meteu. A conversa de Moro com Aécio é simbólica do conceito de Justiça cultivado no País

por presidentes latino-americanos na Assembleia-Geral da ONU. Que quebrou uma tradição e não desfilou em carro aberto no 7 de Setembro para fugir de apupos. Que foge do Nordeste, por causa da impopularidade (iria pela primeira vez na sexta-feira 9, e mesmo assim só passaria por duas regiões do interior). Que em sete meses já perdeu seis ministros por casos de corrupção (dois deles saíram por acusar colegas). Este governante foi premiado como “O homem do ano”. A propósito: Dilma Rousseff foi escolhida uma das dez mulheres do ano pelo jornal inglês financeiro *Financial Times*.

Um dos homens da confiança presidencial é candidato a engrossar a lista de ministros degolados, o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, um calmo gaúcho que tem tido picos de pressão. Em Mato Grosso, um juiz bloqueou 108 milhões de reais em bens do ministro e de cinco sócios, por desmatamento ilegal em fazendas localizadas em área de proteção ambiental.

Nos últimos dias, o mesmo juiz mandou confiscar bois, uma apreensão de 1,9 mil cabeças. No Rio Grande do Sul, Padilha é processado por grilagem de terras. Enquanto isso, a Procuradoria-Geral da República examina sua participação no caso que derrubou os ministros da Cultura e da Secretaria de Governo, um quiproquó em torno da construção



Padilha à beira da degola: é acusado de grilagem de terras no Rio Grande do Sul, tem 108 milhões de reais bloqueados em Mato Grosso e cerca de 2 mil cabeças de gado confiscadas

de um prédio residencial em uma área tombada de Salvador.

Desocupada desde a demissão de Geddel Vieira Lima devido ao imbróglgio soteropolitano, a Secretaria de Governo, responsável por lidar com o Congresso, terá o deputado tucano Antonio Imbassahy como ministro. É com a ampliação do espaço do PSDB na equipe que Temer espera enfrentar as próximas turbulências. Ele é alvo de um novo pedido de *impeachment*, enquanto um mais antigo tem sua tramitação cobrada por Marco Aurélio Mello, do STF. Mas será possível garantir estabilidade nacional?

Em entrevista recente à *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, um Torquemada do PT, disse que “aquelas lideranças da sociedade que apoiaram com vigor, muitas vezes com ódio, um ato grave como é o *impeachment* não tinham clareza da desestabilização estrutural que ele provoca”. Dali em diante, comentou, o País teria entrado em um processo de “rebananização”. “Isso só vai acabar no dia em que o Brasil tiver um presidente legitimado pela soberania popular.”

DIEGO PADGURSCHI / FOLHAPRESS E GERALDO MAGALHÃES / AGENCIA SENADO